O “Triângulo das Bermudas”através do qual Cuba navega (IV) | Roberto Regalado

13/08/2021

Neste artigo Regalado discute a ofensiva do imperialismo norte-americano aos governos progressistas, as experiências e limites das forças de esquerda envolvidas nas experiências destes governos, as contribuições destas experiências à práxis revolucionária. E a “janela de oportunidade” aberta à esquerda com as vitórias de Lopes Obrador, Alberto Fernandez, Luiz Arce e a libertação de Lula. E a relação da Revolução Cubana com esses processos.

Boa leitura.

Lúcio Costa

A nova social-democracia latino-americana não explica como a “democracia” foi usada para expulsá-la dos poderes do Estado, criminalizá-la e processá-la.

Roberto Regalado 19/05/2021

O triunfo da Revolução Cubana, em 1º de janeiro de 1959, abre um período de lutas na história da América Latina que vai até 1989-1991. Essa etapa é aberta pela rejeição de amplos setores sociais às ditaduras militares, governos civis autoritários e pseudodemocracias neocoloniais, o esgotamento do desenvolvimentismo e populismo e a inviabilidade da estratégia de frente ampla com a qual os partidos comunistas estão comprometidos . meio da guerra fria. Tal combinação de fatores explica o entusiasmo e a esperança despertados pelo triunfo do *Ejército Rebelde*, liderado pelo comandante Fidel Castro Ruz, em uma jovem geração de identidades e filiações políticas diversas: anti-imperialistas, comunistas, trotskistas, socialistas, guevaristas, socialdemocratas, social-cristãs e as outras que permeiam as lutas dos trabalhadores, camponeses, estudantes, mulheres, ou seja, que permeiam as lutas populares de uma forma geral.

As origens da esquerda latino-americana remontam à segunda metade do século XIX e às primeiras décadas do século XX, período durante o qual ocorreu um difícil processo de união de ideias e lutas emancipatórias autóctones e/ou produtos de influências extrarregionais já *mestiçadas*, com as ideias e lutas trazidas pelos imigrantes que não encontram lugar no mercado de trabalho europeu. O nacionalismo, o anti-imperialismo e o nacionalismo revolucionário eram as correntes políticas mais difundidas na América Latina no período “ *entre séculos*“, [1] enquanto da Europa – explica Nestor Kohan – vieram principalmente o anarquismo individualista, o anarquismo coletivista, o anarco-sindicalismo, o socialismo evolucionista e o marxismo 2. Kohan constata que as principais matrizes do pensamento revolucionário nas primeiras décadas do século XX foram o anti-imperialismo e o marxismo, um da América Latina e outro da Europa, símbolos de cuja fusão virtuosa foram três grandes figuras: José Carlos Mariátegui, Julio Antonio Mella e Agustín Farabundo Martí. [3]

A morte de Mariátegui, Mella e Farabundo, [4] ocorre pouco logo depois que, em 1928, Stalin se apropria do controle da Internacional Comunista ou III Internacional (1919-1943) para subordinando-a *a “razão de estado”* da União Soviética – assumir a defesa do Estado soviético como prioridade absoluta, ao qual os partidos comunistas deveriam subordinar suas lutas classistas e nacionais, até o ponto de sacrificá-las -, por meio de uma nova virada para a estratégia de amplas frentes político-eleitorais que orientava seus membros a amplas frentes antifascistas «desde acima» com as forças da burguesia e da pequena burguesia antifascistas, e também com as forças anti-imperialistas, com as quais a Terceira Internacional primeiro lutou contra e depois

tentou retirar suas bases. Segundo Kohan, com a prematura ausência desses líderes revolucionários, desaparece o contrapeso que eles fizeram ao stalinismo na esquerda latino-americana, um vazio que não seria preenchido até que a Revolução cubana projetasse uma nova síntese de anti-imperialismo, marxismo e leninismo, que é a base do pensamento de Fidel e Che.

A política de amplas frentes antifascistas sofreu golpes com o ziguezague causado, primeiro, pela assinatura em 1939 do pacto de não agressão entre a URSS e a Alemanha – uma guinada repentina da política soviética, antagônica ao que até então se exigia dos partidos comunistas e, depois com a agressão alemã contra a URSS, que obrigou a Terceira Internacional a voltar à posição anterior. No entanto, esta política teve alguns resultados, embora limitados, antes da Segunda Guerra Mundial e durante aquela conflagração, quando atingiu a sua máxima expressão com a aliança militar estabelecida pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS contra o Eixo nazi-fascista. Nessa fase, foram abertos os espaços legais às lutas operárias e camponesas e à luta política e eleitoral de esquerda, incluindo os partidos comunistas, que conseguiram participar dos governos nacionais, eleger legisladores e legisladoras, e ocupar espaços nos governos locais. No entanto, após a eclosão da Guerra Fria, os partidos comunistas permaneceram apegados à estratégia da frente ampla, apesar de que a *"caça às bruxas"* a fizesse impraticável.

Em algumas das nações onde avançou a acumulação desenvolvimentista de capitais, cujo pico ocorreu entre 1929 e 1955, foram aplicadas certas políticas de reforma favoráveis ??ao proletariado organizado e às classes médias urbanas, como as do c*ardenismo* no México (1934-1940) e o *peronismo* na Argentina (1946-1955), mas o que prevaleceu foi o *clientelismo* , ou seja, os sindicatos e outras organizações sociais "*pelegas"* receberam privilégios em troca de dividir a classe trabalhadora e outros setores populares. De qualquer forma, em nenhum país latino-americano houve um desenvolvimento econômico e social que permitisse a formação de um vetor político reformador como a social-democracia europeia.

Na América Latina dos anos 1960, em um contexto internacional caracterizado pela paridade nuclear entre os Estados Unidos e a URSS, a efervescência dos movimentos de protesto nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e o surgimento da luta anticolonial na África e na Ásia, Fidel Castro e Ernesto Guevara, lideram a luta pela integração do anti-imperialismo, do marxismo e do leninismo. A primeira e a segunda Declarações de Havana e a Declaração de Santiago de Cuba, [5]os discursos e trabalhos dos líderes da Revolução Cubana, entre os quais se destacam os de Fidel e Che, junto com eventos como a Conferência Tricontinental e a Conferência de Solidariedade com os Povos da América Latina, trazem contribuições transcendentais à teoria e à práxis da revolução nas condições prevalecentes na década de 1960 no que então era chamado de Terceiro Mundo. Símbolo desse pensamento é a Mensagem de Che à Conferência Tricontinental, publicada em abril de 1967 com o título *Crie, dois, três, muitos Vietnã* .

Embora a via da luta armada prevaleça na consciência social como a marca de época da etapa histórica aberta pela Revolução Cubana, nas décadas de 1960 e 1980 três tipos de projetos e processos de transformação revolucionária ou reforma progressiva se destacam: 1) o fluxo e refluxo da insurgência revolucionária cujos momentos de pico ocorreram em 1959-1960, 1965-1967 e 1979-1989; 2) a eleição do presidente Salvador Allende, candidato da Unidade Popular do Chile, derrubado em 1973; e 3) os governos militares progressistas de Juan Velasco Alvarado no Peru (1968-1975), Omar Torrijos Herrera no Panamá (1968-1981) e Juan José Torres na Bolívia (1970-1971).

O Chile e o Uruguai foram os únicos países nos quais existiam condições para uma estratégia de amplas frentes político-eleitorais que, após a dissolução da III Internacional em 1943, continuou a ser a linha do movimento comunista internacional, com o objetivo de sustentar a convivência pacífica entre países com diferentes sistemas sociais: o Partido Comunista do Chile, que segundo Daniel Martínez Cunill *"dividia sua lealdade entre Moscou e Santiago"*, [6] era uma das principais forças políticas da Unidade Popular, e o Partido Comunista do Uruguai formulou sua própria estratégia de *democracia avançada* e desempenhou um papel de liderança na fundação da Frente Amplio em 1971. [7]

Os marcos naqueles anos foram o projeto de estender a luta armada a várias nações sul-americanas lideradas por Che na Bolívia (1967), os triunfos da Revolução de Granada e da Revolução da Nicarágua, em março e

julho de 1979, respectivamente, e o *auge* alcançado desde 1981 pela luta armada em El Salvador. No entanto, como resultado da inexistência de uma *situação revolucionária* como Lenin a caracterizou – não é suficiente que *"os que estão abaixo não queiram"* continuar a ser dominados, é também necessário que *"os que estão acima não possam"* continuar a dominá-los – da violência contrarrevolucionária e contra-insurgente dos Estados Unidos e seus aliados locais, das fraquezas e erros das próprias forças populares assim como, da mudança na correlação de forças mundial provocada pelo colapso da URSS, a luta armada não prosperou.

Também inexistia o tipo de democracia burguesa europeia estudada por Gramsci, onde se abrem espaços de confronto nos quais os povos podem arrancar concessões da classe dominante. Mesmo nos dois únicos países da região onde esse sistema político funcionou com relativa estabilidade, assimilava as demandas sociais e permitia o funcionamento legal dos partidos de esquerda, que como antes se disse, eram o Chile e o Uruguai, quando o governo de Salvador Allende foi eleito no Chile, e quando a direita no Uruguai se sentiu ameaçada pelo ascenso da luta popular, em ambos os países se estabeleceram ditaduras militares de "*segurança nacional*". Em síntese, na América Latina foram destruídos todos os projetos populares, tanto os de natureza revolucionária quanto os reformistas, levados adiante após o triunfo da Revolução Cubana.

Na medida em que ditaduras militares e outros tipos de estados de *"segurança nacional"* terminaram por aniquilar, encarcerar ou forçar ao exílio a geração de lutadores revolucionários forjados no calor da Revolução Cubana, e também quando crescia a rejeição a seus crimes, durante a governos de James Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1985-1989) os Estados Unidos desenvolveram um *processo* erroneamente denominado *de democratização* na América Latina, que consiste em estabelecer ou restabelecer, conforme o caso, a institucionalidade democrática burguesa. Esse processo foi baseado na concertação de um pacto entre os governantes militares que se retiravam e os setores da direita tradicional que melhor se enquadrassem no esquema de substituição.

O objetivo do *"pacto democratizante"* era substituir ditaduras por democracias restritas, por meio da realização de eleições "*livres*", com candidatos e partidos proibidos, não só da esquerda, mas também da *"velha guarda"* desenvolvimentista, e a imposição de limitações constitucionais e legais aos novos governantes civis. Convencidos de que esse esquema de dominação seria duradouro e em virtude dos avanços da concentração transnacional do poder político na década de 1980, os Estados Unidos deixaram de impor *ex officio* candidatos e forças políticas específicas aos governos latino-americanos, e optaram por um modelo aparentemente mais flexível de *'"governabilidade democrática*", capaz de garantir que quem quer que fosse a pessoa e o partido que ocupasse o governo estivesse ideologicamente convencido e estruturalmente forçado a exercê-lo no marco da adesão à doutrina neoliberal.

Na América Latina, o fim da bipolaridade do pós-guerra e o início da chamada nova ordem mundial se manifestam por meio da intervenção militar dos Estados Unidos no Panamá (dezembro de 1989), [8] a derrota "*eleitoral*" da Revolução Popular Sandinista na Nicarágua (fevereiro de 1990), [9] a desmobilização de parte dos movimentos guerrilheiros existentes na Colômbia (1990-1992) e, como culminação, na assinatura dos Acordos de Chapultepec (janeiro de 1992) que puseram fim a mais de uma década de insurgências em El Salvador, o país onde essa forma de luta atingiu o maior desenvolvimento naquela época. Nesse contexto, entre 1989 e 1991, finaliza a etapa de lutas aberta com o triunfo da Revolução Cubana. Nem a conquista do poder pela luta armada, nem o exercício do poder por um sistema político de partido único – como o PCC em Cuba – ou um partido hegemônico – como a FSLN na Nicarágua – seriam possíveis a partir de agora. A isso se acrescenta que o colapso do *socialismo real* provocou uma rejeição geral do *"paradigma soviético"* na região. A segunda parte deste artigo tratará de como, sob a liderança de Fidel, o PCC solucionou as discrepâncias e relançou as relações com setores da esquerda e do progressismo crítico ao *"modelo soviético"* que continuava em vigor em Cuba.

Em Nossa América do final do século XX e início do XXI, não se pode falar de uma *revolução entendida como uma ruptura brusca com o* status quo *que inclui o exercício da violência revolucionária e a criação de órgãos do poder popular* . Em alguns, podem ser identificados traços do conceito de *revolução como totalidade de um processo de rupturas parciais sucessivas com o sistema social vigente, que busca conduzir a um novo sistema social* [10] . Outros são processos de reforma que, de acordo com as condições e

características do país, e com a orientação política e ideológica das forças progressistas do governo, visam aumentar a redistribuição da riqueza e a assimilação das demandas sociais no sistema capitalista.

Enquanto o bloco eurasiático do pós-guerra desmoronava, a Revolução Cubana resistiu ao que Fidel chamou de duplo bloqueio e as organizações político-militares revolucionárias das décadas de 1960 a 1980 desapareceram ou negociaram acordos de paz e se tornaram partidos políticos legais, se abria uma etapa na qual movimentos sociais populares contra o neoliberalismo e todas as formas de opressão e discriminação alcançaram um ascenso e uma efetividade sem precedentes, e surgiam novos partidos, organizações, frentes e coalizões políticas plurais, nas quais convergiam dirigentes, militantes e simpatizantes de organizações sindicais, camponesas, de mulheres e de outros setores populares, partidos progressistas e democráticos, organizações marxistas de correntes políticas e ideológicas divergentes que até então se excluíam entre si, movimentos político-militares desmobilizados também diversos e mulheres e homens do povo em geral.

Os chamados governos de esquerda e progressistas eleitos na América Latina desde o final dos anos 1990 são governos de coalizão em que participam forças de esquerda, centro-esquerda, centro e, em alguns casos, até centro-direita. Dependendo da correlação de forças existente em cada país, a esquerda pode ser o elemento unificador da coalizão ou ocupar posições secundárias. Cada governo tem características específicas, mas é possível localizá-los em quatro grupos emblemáticosem quatro grupos emblemáticos:

1. Governos eleitos pelo colapso ou enfraquecimento extremo do arcabouço institucional democrático neoliberal que, por meio da aprovação de novas Constituições com ampla participação popular, podem ser classificados como revoluções políticas ou processos que caminham nessa direção: Venezuela, Bolívia e Equador;
2. Governos eleitos pela acumulação de força social e política que empreendem processos de reforma de redistribuição social da riqueza e assimilação de demandas sociais, em correspondência com o desgaste, mas sem colapso ou enfraquecimento extremo, da institucionalidade democrática neoliberal: Brasil e Uruguai;
3. Governos de ex-organizações guerrilheiras que se transformaram em partidos políticos que conquistaram a presidência em eleições, na Nicarágua após ter exercido o poder (1979-1989) e o perderam (1990), e em El Salvador com mais de três décadas de acumulação de força depois do Acordos de paz de 1992; e,
4. Governos de coalizão formados em torno de figuras progressistas onde a esquerda não tem condições de liderá-los: Argentina, Honduras e Paraguai.

Em um sentido geral, podemos falar de dois tipos de liderança, forças políticas de esquerda e progressistas, *reformadores* e *transformadores*:

1. O *aspecto reformador* é hegemonizado pelo *progressismo* e e/ou pelo que podemos chamar de *nova social-democracia latino-americana*. O primeiro provém de partidos tradicionais ou de outros setores sociais (profissionais, culturais, religiosos) não organicamente ligados à política. O segundo é um vetor cujos membros não são necessariamente filiados à Internacional Socialista, nem necessariamente assumem essa identidade, mas que pensa e age de forma semelhante à social-democracia europeia do final do século XIX e primeiras décadas do século XX: concebe a democracia burguesa como um sistema político imparcial e inclusivo no qual as maiorias populares podem exercer o governo de acordo com seus interesses; e pratica o "*jogo de papéis*" social-democrata que consiste em usar sua "esquerda" para atrair o voto popular em época de campanha eleitoral e, uma vez eleito, entrega o gabinete econômico à "ala *direita*" que costuma atuar com o neoliberalismo *light*. A essa vertente reformatória como um todo é que nesta série de artigos se refere com as designações de *governos progressistas*, *forças progressistas* e *progressismo* .
2. A vertente *transformadora* levanta bandeiras como o Socialismo do Século XXI da Revolução Bolivariana da Venezuela, o Bem-Estar da Revolução Democrática e Cultural da Bolívia e o Bem Viver da Revolução Cidadã do Equador, termos referidos a práxis de cada um deles, não um desenho de sociedade em largos traços previamente estabelecidos ou, em processo de sê-lo. [onze]

Nem o aspecto reformador nem o transformador da esquerda e do progressismo latino-americanos dedicaram a atenção essencial aos objetivos, ao programa, à estratégia, à organização do partido, à formação política e ideológica, nem à construção da hegemonia e do poder popular em seus respectivos projetos e processos. Os primeiros incorriam nessa omissão por opção política e ideológica, e o segundo pela desvalorização da teoria revolucionária e supervalorização da práxis dominante no momento em que ela surgiu, o efeito acumulado máximo dos quatro fatores acima mencionados.

Segue-se que o progressismo e a nova democracia social latino-americana não explicam como é possível que a "*democracia*", cujas regras do jogo eles tentaram tanto aperfeiçoar e tornar transparente, tenha sido usada pela "*direita*" – não *pelo sistema de dominação* – para deslocá-los do governo por meio de uma *"alternância civilizada"*, o que esperavam acontecer em algum momento, mas para expulsá-los dos poderes do Estado, criminalizá-los, processá-los e tentar destruí-los completamente. Por sua vez, a nova geração que promove a transformação social não avançou o suficiente no processo de rupturas parciais sucessivas com o sistema social vigente. Por isso, sente-se na obrigação de "*entrincheirar*-se" nos poderes do Estado sob o seu domínio para se defender do imperialismo, dos poderes do Estado controlados pela oligarquia e dos poderes nacionais de facto, um "*entrincheiramento*" que mais cedo ou mais tarde deve levar ao *"rompimento do cerco"* porque o objetivo estratégico da esquerda não é resistir para resistir, mas resistir e vencer.

Em síntese, nenhuma dos dois tipos de orientação política assumiu, nem se preparou para enfrentar o problema de fundo inevitável:

[…] a esquerda que chega ao governo na América Latina hoje não destrói o estado burguês, nem elimina a propriedade privada dos meios de produção, nem estabelece um novo poder, exercido exclusivamente pelas classes despossuídas. Em sentido contrário, tão pouco pode construir uma réplica do "estado de bem-estar" ao qual a social-democracia da Europa Ocidental já abjurou. A esquerda latino-americana chega ao governo de acordo com as regras da democracia burguesa, incluindo o respeito à alternância, neste caso com a ultradireita neoliberal que, da oposição, obstrui, e se voltar ao governo, reverterá as políticas executadas por "benignas" que sejam. [12]

Isso não quer dizer que não haja debates, buscas e esforços para conceber e construir "outros tipos de democracias" realmente populares. Nas palavras de Hugo MOLDIZ:

[…] os processos constituintes em diversos países resultaram na incorporação em suas respectivas Constituições de outros tipos de democracias: participativa, deliberativa e comunitária, o que não é apenas a abertura de novos espaços para novas formas de participação política, mas uma contribuição para a teoria e prática política em geral. É reconhecer que não há uma, mas várias democracias, cada uma delas portadora de diferentes interesses de classe. No entanto, é preciso dizer também que o reconhecimento dessas outras democracias não alterou o caráter predominante da democracia representativa como espaço de disputa entre hegemonia e dominação, entre a emancipação dos povos e a dominação do imperialismo.

De fato, governos progressistas e dessa "nova esquerda" têm sua origem e fonte de mandato nas democracias representativas […]. [13]

A abordagem de MOLDIZ, como a de outros companheiros e companheiras que apontam na mesma direção, é estratégica. Se o conceito de revolução viável na América Latina passa por sucessivas rupturas parciais com o sistema de dominação vigente até a ruptura total, é necessário que *outras democracias* , genuinamente populares, ocupem espaços crescentes dentro da democracia representativa até que a substituam e historicamente a superem. Além disso, não se deve esquecer que a democracia burguesa não foi um presente resultante de um "*frenesi de bondade*" da classe dominante, mas acima de tudo uma conquista dos movimentos operários, socialistas e de mulheres, ou seja, uma conquista dos povos, que deve ser o elemento essencial do sistema político que ultrapassa historicamente a democracia burguesa.

Deve-se entender que a democracia pós-capitalista, a democracia socialista, também constitui uma forma de dominação e subordinação. Neste caso, de dominação de setores e grupos antissocialistas e de subordinação

de setores e grupos não socialistas em sociedades que não são e nunca serão monolíticas, em sociedades onde os setores e grupos portadores de *interesses (não capitalistas) de diferentes classes* devem convergir e se unir em um projeto emancipatório comum. Para dar um caráter democrático a este processo, os setores e grupos socialistas e comunistas precisam alcançar duas coisas: 1) parafraseando Schafik Hándal, *fazer as pessoas quererem que haja socialismo, porque senão não haverá socialismo* ; e, 2) assegurar que a função de dominação e subordinação não seja exercida *apenas* pelo estado socialista como poder central, mas que outras democracias florescem, como as participativas, deliberativas e comunitárias, ocupando espaços crescentes na sociedade em processo de emancipação, até virem a substituir completamente o estado socialista, ou seja, até , de uma forma ou de outra, de acordo com as condições e características de cada país, e de acordo com o momento em que isso ocorre, desemboquem em algo semelhante ao que Marx concebeu como a *extinção do Estado*. Claro, isso é mais fácil dizer do que fazer. Haverá que fazer tantos exercícios de prova de tentativa e erro quantos forem necessários para conseguir isso, mas tem que pensar sobre isso e colocá-lo em ação desde agora.

Fatores de acumulação e desacumulação de forças da esquerda e o progressismo na América Latina pós-guerra fria

Os espaços políticos e institucionais ocupados pela esquerda transformadora e progressista reformista na América Latina desde meados da década de 1980 são o resultado de uma combinação de fatores fundamentais, entre os quais se destacam:

1. **A acumulação histórica** de lutas contra a dominação colonialista, neocolonialista e imperialista, em particular, desde o triunfo da Revolução Cubana, em que embora outros processos revolucionários ou reformistas não triunfaram ou não sobreviveram, suas lutas contribuíram para abrir espaços para a luta legal nunca antes existente;
2. **O repúdio à repressão genocida** tradicionalmente empregada contra os povos, que obrigou os Estados Unidos e as oligarquias latino-americanas a buscar formas de dominação mais mediadas e sofisticadas;
3. **O impulso decisivo dos movimentos populares em plena ascensão** , que incorporam à luta política e eleitoral setores sociais que antes careciam de consciência, motivação ou condições para nela participar; e,
4. **O voto de punição** contra os governos neoliberais de amplos setores sociais não conscientizados, dispostos a se voltar contra as forças da esquerda e dos progressistas se não satisfizessem suas expectativas, sejam elas justas ou injustas, racionais ou irracionais.

É necessário partir destes quatro fatores fundamentais de acumulação, predominantes na etapa de luta de 1998-2009, para identificar os fatores de desacumulação que a partir deste último ano, provocam o refluxo crescente da esquerda e do progressismo:

1. **Do predomínio à desvalorização do acúmulo histórico**. Com o passar do tempo, a superposição de realidades recentes, o surgimento de novas expectativas e demandas sociais – em alguns casos de *satisfação* e em outros de *insatisfação* das anteriores – e as insuficiências e erros cometidos, se produz uma relativização ou desvalorização do acúmulo histórico. Deve-se incidir sobre os erros e deficiências para manter vivos o conhecimento e a valorização da história, e transmiti-los à juventude;
2. **Da repressão genocida à *" desestabilização de espectro total "*** . Os Estados Unidos e as oligarquias latino-americanas cometeram um erro de cálculo ao combinar o *"processo de democratização"* com a reestruturação neoliberal. Não previram que a rejeição deste último provocaria um aumento das lutas populares que levaria à eleição de governos de esquerda e progressistas. Incapazes, mas ansiosos, de retornar à repressão genocida de outrora, eles recorrem à desestabilização de amplo espectro, incluindo a guerra da mídia, guerra legal, guerra parlamentar e outras guerras, para impor e blindar no governo o autoritarismo neoliberal de Bolsonaro, Macri e outros.
3. **Do impulso decisivo à *"abstenção de punições"* dos movimentos populares**, acostumados a lutar contra governos hostis e deslocados em sua nova relação com governos amigos ou mesmo seus próprios, que não conheceram ou não puderam atender às suas expectativas, devido aos "bloqueios" do

sistema, a pressão dos poderes fáticos, os deslocamentos para o "centro" para "alargar a sua base eleitoral" e/ou o adiamento das transformações ou reformas mais radicais, com a expectativa não cumprida na prática de que a sua força social e política iria crescer por meio do "gradualismo".

4. **Do voto de punição do neoliberalismo ao voto de punição contra a esquerda e o progressismo**, que se volta contra eles, em parte, devido à desestabilização de amplo espectro e, em parte, como resultado de suas inadequações e erros, incluindo seu distanciamento dos movimentos sociais, se produz uma *abstenção da punição* da sua própria base social.

Os países onde as forças de esquerda e progressistas perderam seu governo são: Argentina, produto da derrota eleitoral do candidato à presidência da Frente para La Victoria (2015); Brasil, por meio de um golpe parlamentar judicial (2016); Equador, pela traição ao candidato à presidência da Aliança País consumada após sua posse (2017); El Salvador, pela derrota do candidato presidencial da FMLN (2019); Bolívia, através da combinação de fraude eleitoral e golpe contra a reeleição do presidente Evo Morales (2019); e, Uruguai, pela derrota do candidato presidencial da Frente Ampla (2019). Exceto neste último país, tudo isso é seguido pela criminalização, judicialização e, em muitos casos, a prisão das principais lideranças e de parte dos dirigentes das forças governamentais deslocadas. Nesse sentido, destacam-se a condenação que impediu Lula de concorrer à Presidência do Brasil e a sucessão de processos judiciais instaurados contra Cristina Fernández, Rafael Correa e Evo Morales.

Os governos de esquerda que não foram derrubados ou derrotados são os da Venezuela e da Nicarágua. Concentramos nossa atenção na Venezuela porque é a frente de batalha onde os Estados Unidos tentam relançar a conclusão de seu sistema de dominação continental, interrompido no final da década de 1950 pela Revolução Cubana e novamente interrompido no final da década de 1990 pela eleição de governos de esquerda e progressistas. A estratégia desestabilizadora contra a Venezuela incluí:

1. O estabelecimento de um "poder dual" ou "*poder duplo"* ao proclamar Juan Guaidó como *"presidente interino"* da Venezuela;
2. A ativação da Carta Democrática Interamericana para "*legitimar*" a ingerência e intervenção estrangeira; e,
3. A criação de uma coalizão transnacional que atribui o "*direito*" de: decidir que o poder estabelecido na nação (o governo do presidente Maduro) é "*ilegítimo*" e o *"duplo poder"* imposto por ele (o *"presidente interino"* Guaidó) é "*legítimo*"; despojar-se do poder estabelecido das embaixadas, consulados, empresas estatais produtivas e de serviços, reservas internacionais, contas bancárias estatais e quaisquer outros ativos localizados no exterior, e entregá-los ao *"duplo poder";* e promover a derrubada do poder estabelecido e a elevação do "*poder duplo*" ao status de poder único, incluindo o incitamento a um golpe de Estado e a ameaça de intervenção militar.

Em comparação com os mecanismos transnacionais de imposição, controle e sanção das "*infrações*" instituídos pela reforma do Sistema Interamericano de 1989-1993, verifica-se que hoje a Venezuela é o *"campo de prova"* para um salto qualitativo na transgressão dos princípios do Direito Internacional, cujos resultados são incorporados ao arsenal a ser usado contra outras nações e povos em luta.

Dada a mudança na correlação de forças regional, favorável ao imperialismo e à direita local, e desfavorável aos povos e forças de esquerda e progressistas, o eixo ALBA / TCP-MERCOSUL foi rompido, os governantes autoritários-neoliberais se retiraram da UNASUL e rebaixaram o perfil da CELAC para conferir, mais uma vez, o papel continental preponderante à OEA, no caso, à OEA de Almagro, o pior das últimas décadas, sem que isso significasse que seus antecessores também não fossem deploráveis.

Essa correlação de forças negativa é parcialmente compensada pela eleição dos governos de Andrés Manuel López Obrador no México, Alberto Fernández na Argentina e Luis Arce na Bolívia, e pela *"virada da maré"* que parece estar ocorrendo no Brasil a partir da anulação dos julgamentos que impediram Lula de ser candidato à presidência e o colocaram na prisão, e da demonstração de que Lava Jato era uma estratégia de desestabilização. Ninguém pode reivindicar vitória a curto ou médio prazo na América Latina, nem a esquerda e o progressismo, nem a direita e o imperialismo, mas mais cedo ou mais tarde uma nova *"janela*

de oportunidade” se abrirá para os povos latino-americanos e caribenhos.

Apesar dos danos causados ??por esses quatro fatores de desacumulação de forças mencionados acima, a reestruturação do sistema de dominação continental dos Estados Unidos foi, é e será um fracasso, pois o esgotamento histórico do sistema de produção capitalista o obriga a intensificar a depredação ambiental e a exclusão social. Os Estados Unidos e as oligarquias nativas não conseguiram e não poderão articular uma estratégia de mudança na América Latina. O que eles fazem é tentar remendar um projeto fracassado: reimpor o neoliberalismo absoluto onde quer que ele consiga derrotar ou derrubar governos de esquerda ou progressistas; proteger os governos neoliberais que ainda não foram derrotados; e, reimpor os também fracassados ??mecanismos transnacionais de dominação.

O refluxo da esquerda latino-americana constitui um dos vértices do *“Triângulo das Bermudas”* por onde passa Cuba. Quanto mais cedo a Revolução cubana “*alivie o fardo”* dos problemas acumulados que carrega, fortaleça as salvaguardas e os contrapesos protetores contra o bloqueio, e os povos latino-americanos e caribenhos estabelecerem uma correlação de forças favorável a eles, mais cedo se consolidará o socialismo cubano. Por mais complexo que seja o panorama continental hoje, não vejo outra região do mundo onde se possa forjar uma família solidária como aquela que, a partir da ALBA-TCP, MERCOSUL hegemonizado pela esquerda, UNASUL, CARICOM e CELAC, acolheu e agasalhou Cuba entre 2004-2015.

Embora em condições diferentes, ou seja, Cuba como uma potência revolucionária estabelecida e os povos da América Latina e do Caribe como lutadores para estabelecer um poder emancipatório, eles devem se retroalimentar:

– As experiências de Cuba, entre elas a de que existe diferença entre governo e poder, que não basta exercer o governo, mas também é necessário exercer o poder, e que o poder tem que ser resiliente e durável a todas as provas, são muito necessárias e úteis para as forças populares na América Latina e no Caribe; e,

– As experiências das forças populares na América Latina e no Caribe, incluindo o reconhecimento da diversidade social, a elaboração coletiva de novos conhecimentos e posições políticas, e a concepção da unidade como um processo participativo de convivência, construção e renovação cotidiana, são muito necessários e úteis para Cuba.

NOTAS

1 Ver Roberto Regalado: *A esquerda latino-americana no governo: alternativa ou reciclagem?* , Ocean Sur, México, 2012, pp. 123-132.

2 Néstor Kohan: *dos engenheiros ao Che. Ensaios sobre o marxismo argentino e latino-americano* , “Juan Marinello” Instituto Cubano de Pesquisas Culturais, Havana, 2008, p. 42

3 Ibid .: pp. 94-114.

4 Mella foi assassinada em 10 de janeiro de 1929, Mariátegui morreu de doença em 16 de abril de 1930 e Farabundo foi baleado pelo exército salvadorenho em 1 de fevereiro de 1932.

5 A Declaração de Havana foi a resposta à Declaração de San José, emitida pela VII Reunião de Consulta da OEA, realizada de 22 a 28 de agosto daquele ano, que classificava a relação de Cuba com a URSS e a China como ameaça ao continente e pretendia forçar sua ruptura. A Segunda Declaração de Havana foi a resposta à sanção adotada contra Cuba em 30 de janeiro daquele ano, pela VIII Reunião de Consulta da OEA, que expulsou o Governo Revolucionário do Sistema Interamericano. As Declarações de Havana seriam seguidas da aprovação, em 26 de julho de 1964, da Declaração de Santiago de Cuba, em resposta à ruptura coletiva das relações diplomáticas, consulares e comerciais, aprovada na véspera pela IX Reunião de Consulta da OEA .

6 «Na altura em que Allende iniciou o seu governo, a visão predominante nos partidos comunistas do mundo era defender a posição da URSS no conflito bipolar. De Moscou, o PCUS pressionou os cubanos e outras forças tradicionais de esquerda para não colocar em risco o frágil equilíbrio mundial. A experiência da nascente revolução chilena foi convocada de forma imperativa a não gerar desequilíbrios na América Latina, tacitamente aceita como uma zona do império norte-americano. Desta forma, o Partido Comunista Chileno dividiu suas lealdades entre Moscou e Santiago, de forma contraditória e oscilante, mas afirmando seu peso indiscutível entre os setores sindicais chilenos. Daniel Martínez Cunill: *Chile. A revolução interrompida. Sonho inacabado de Salvador Allende* , ensaio em andamento, aqui citado com a permissão de seu autor.

7 Ver Miguel Aguirre Bayley: *Frente Amplio: O admirável alarme de 1971* , segunda edição ampliada, La República, Montevidéu, 2000, p. onze.

8 Quando os Estados Unidos invadiram o Panamá em 20 de dezembro de 1989, já em 21 de agosto daquele ano um governo de coalizão havia se formado na Polônia em torno do sindicato Solidariedade, seguido de eventos semelhantes na Hungria (23 de outubro), o Muro de Berlim havia caído (9 de novembro) e alguns dias depois a restauração capitalista ocorreu na Tchecoslováquia (29 de dezembro).

9 A palavra eleitoral é colocada entre aspas quando se refere à derrota da Revolução Popular Sandinista porque o resultado da eleição geral de 26 de fevereiro de 1990 foi predeterminado por uma guerra de desgaste de uma década, liderada pelos Estados Unidos.

10 Para mais informações sobre os conceitos de revolução, ver Claudio Katz: *Os dilemas da esquerda na América Latina* , Ediciones Luxemburg, Buenos Aires, 2008, pp. 31-38.

11 Ver Roberto Regalado: *The Latin American Left in Government*, ob. cit., pp. 207-220 e 221-236, respectivamente.

12 Ibid .: p. 228.

13 Hugo Moldiz: *América Latina e a terceira onda emancipatória* , Ocean Sur, Mexico, 2012, pp. 90

- ***Roberto Regalado*** é Politólogo, doutor em CiIencias Filosóficas, profesor adjunto de Ciências Políticas, licenciado em jornalismo e profesor de Inglês, membro da Seção de Literatura Histórica e Social da Asociaciação de Escritores, da União Nacional de Escritores e Artistas de Cuba.
- Publicação original: ALAINET – Latin American in moviment



- II Cúpula da CELAC, Havana 2014

Compartilhe nas redes: